

**REIS, Liana Maria. *Crimes e escravos na capitania de todos os negros (Minas Gerais, 1720-1800)*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008. 275p.**

Charles Magno do Nascimento\*

O livro de Liana Maria Reis – resultado da sua tese de doutoramento em História Social na USP – busca analisar o espaço urbano mineiro escravista com a perspectiva de estabelecer uma relação entre a escravidão urbana e a criminalidade escrava na Capitania de Minas Gerais, entre os anos de 1720 e 1800. Com intuito de compreender as manifestações da escravaria nos centros urbanos da Capitania de Minas Gerais, a pesquisa busca reconstruir a rede de relações estruturadas cotidianamente pelos escravos com os outros atores sociais, tão quanto demonstrar que, mesmo o escravo sendo propriedade de outrem, o mesmo reagia à situação social que lhe era imposta através da criminalidade, e de manifestações de descontentamento. Demonstrando assim que o escravo possuía uma percepção de mundo que o possibilitava tomar decisões conscientes para alcançar seus interesses. No dizer da própria autora objetivou-se “reconstruir os confrontos e alianças estabelecidos entre os sujeitos históricos, os quais teceram cotidianamente uma intrincada rede de relações inter e intraclasses, trocaram experiências e aprendizados, o que permitiu aos escravos construírem um universo cultural próprio, no qual adaptaram e reinventaram valores morais, éticos, visões de mundo e noções de justiça, crime, coragem, valentia e solidariedade.” (p. 14). O trabalho de Liana Maria Reis demonstra que os escravos agiam conscientemente através de sua participação ativa na sociedade escravista, deixando claro sua inserção social como sujeitos históricos.

O recorte temporal (1720 a 1800), justifica-se, segundo a autora, por ter sido este um período de grande extração aurífera, gerando grandes lucros à Coroa Portuguesa. Já o recorte espacial, na Capitania de Minas Gerais, debruça sua análise sobre a Vila de Sabará, por ser esta uma região a muito tempo povoada, a mais extensa territorialmente e a que possui maior concentração de escravos da Capitania; Vila Rica, pois sediava o

---

\* Graduado em História pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas).

governo político-administrativo metropolitano e a Vila do Carmo, por ter sido elevada a cidade em 1745 para abrigar o Bispado de Mariana, que era o centro religioso da Capitania.

O trabalho se estrutura em quatro capítulos. No primeiro capítulo apresenta-se uma análise contextual referente ao processo urbanizador que foi empreendido pela Coroa portuguesa à região das Minas logo após a criação da Capitania de Minas Gerais em 1720. A autora verifica que neste período foi necessário fiscalizar a produção e circulação de ouro, não obstante precisou-se efetuar um controle sobre a população que se locomoveu para a região mineradora, instalando-se em vilas e arraiais, com o objetivo de manter a ordem na região. Encontra-se também uma reconstrução do trabalho escravo na região mineradora, mais especificamente nos centros urbanos, tendo em vista que esta região possuía características únicas, no que se refere ao trabalho escravo, quando comparada a outras regiões da Colônia, pois permitiu aos cativos uma relativa flexibilidade com o surgimento de uma demanda trabalhista própria dos centros urbanos. A muitos cativos urbanos eram solicitadas atividades que gerassem renda a seus donos, esses escravos eram denominados “escravos de ganho”, o acordo entre senhor de escravo e os cativos era que estes deveriam obter uma determinada quantia em valores, denominada jornal, que era paga ao final do dia pelo escravo ao seu senhor. Este tipo de acordo, muito comum nos centros urbanos da Capitania de Minas Gerais, abriu uma brecha na estrutura do sistema escravista, dando aos escravos a oportunidade de se locomoverem livremente pelas ruas, criando relações com os outros atores sociais que os favorecia, não obstante poderiam acumular pecúlio com o que arrecadassem a mais com suas atividades. A possibilidade de o cativo obter parte do seu tempo de trabalho possibilitou uma relativa abertura de oportunidade, no que tange o sistema escravista, visto que havia uma intrínseca negociação entre escravos e senhores, permitindo a inserção do escravo no meio urbano como indivíduo livre. “A possibilidade de os cativos disporem de uma parte de seu tempo de trabalho para si próprios configurou uma brecha do sistema escravista evidenciando a existência da negociação entre escravos e senhores e demonstrativo da dinâmica das relações escravistas. (p. 69).

O segundo capítulo dedica-se ao estudo da administração da Capitania das Minas Gerais, no século XVIII, realizado pela Metrópole portuguesa, constatando que tal administração se configurou de forma contraditória e ineficaz. A autora Liana Maria Reis, observa que as leis criadas pelos administradores metropolitanos não levavam em

consideração a rede de sociabilidade existente na Capitania de Minas Gerais, ou seja, os funcionários públicos, responsáveis por colocar em prática os ditames metropolitanos, na maioria das vezes, possuíam interesses próprios, a corrupção e o patrimonialismo se tornaram práticas comuns. Além disso, as leis metropolitanas em muitas das vezes, não se adequavam a prática e costumes locais, que com o passar do tempo foram sendo modificadas. A metrópole por se situar distante, associada à crescente prática de interesses locais que envolviam os funcionários régios, levou ao afrouxamento no cumprimento das ordens metropolitanas, impossibilitando que a administração metropolitana ocorresse de forma adequada. “As redes de sociabilidade estabelecidas entre escravos e homens livres no cotidiano urbano mineiro tornavam inviável a aplicação rigorosa das leis, bem como uma postura confiável dos homens que ocupavam os cargos administrativos. Seja por interesses econômicos, relação de amizade, de apadrinhamento, ou mesmo para demonstrar poder pessoal e autonomia de ação, esses homens envolveram-se em relações complexas, as quais demandaram ou possibilitaram comportamentos de indisciplina às ordens da Metrópole”. (p. 101).

O terceiro capítulo analisa o controle metropolitano exercido sobre a população da Capitania de Minas Gerais, tendo em vista que a sociedade escravista mineira do século XVIII, detinha características sociais singulares se comparado a outras partes da Colônia. No que tange as relações senhor - escravo ocorreu um abrandamento por parte dos senhores, uma vez que ao escravo era permitido se locomover livremente sem fiscalização de seu proprietário, desde que gerasse lucro ao seu dono. Era o “escravo de ganho”, que realizava uma série de atividades lucrativas nos centros urbanos, com o objetivo de efetuar o pagamento do jornal ao seu senhor no final do dia ou de outro período previamente combinado com seu proprietário. Esta prática, muito comum nos centros urbanos da região das Minas, possibilitou aos escravos a conquista de “direitos” e a ampliação de sua liberdade, visto que poderia acumular pecúlio com o excedente de seus lucros e posteriormente, poderia adquirir sua alforria. Esta prática, fazia com que o senhor de escravos não se interessasse pelas práticas de seus cativos, desde que o pagamento, que era feito em ouro, ocorresse como combinado. O senhor de escravo não se preocupava com o comportamento de seus escravos, com sua conduta moral, ou se suas atividades eram lícitas. Era necessário então que a Metrópole cerceasse e reprimisse as atividades dos escravos, interferindo assim nas relações particulares entre senhores e escravos, punindo os infratores, tão quanto os senhores negligentes. “A flexibilidade do escravismo mineiro propiciou um ‘afrouxamento’ em aspectos das

relações senhor – escravo, levando o Estado a interferir no que antes era limitado ao âmbito privado.” (p. 158). Encontram-se também análises sobre os crimes de escravos contra o Estado e contra a Ordem Pública. A autora discute ainda a importância da consolidação da História Social na década de 1980 no Brasil, que acabou por gerar a busca de novas fontes documentais, onde se pôde verificar as relações sociais dos escravos. Em tais fontes documentais observou-se também que os cativos agiam, por diversas vezes, conscientemente através da criminalidade, manifestando sua contrariedade ao sistema escravista, tão quanto sua estrutura ideológica de denominação. A autora, Liana Maria Reis, estabelece uma classificação dos tipos de crimes contra o Estado, contra a Ordem Pública, contra a pessoa e a propriedade na Capitania de Minas Gerais. Sobre os crimes contra o Estado a autora destaca a resistência escrava e suas várias facetas como a sublevação, formação de quilombos, e até mesmo o atrevimento. O escravo sabia utilizar, de forma consciente, em suas relações cotidianas, de atitudes de rebeldia, o que gerava um temor constante entre as autoridades e os senhores de escravos.

Além de ser o resultado de uma acurada pesquisa sobre a criminalidade escrava no século XVIII, o livro de Liana Maria Reis aponta para aspectos fundamentais no campo historiográfico, uma vez que discute a importância da estruturação da História Social no Brasil e as significativas mudanças nas análises históricas, no que se refere a documentação e atores sociais, que foram negligenciados pela historiografia tradicional. “A compreensão do funcionamento das relações sociais escravistas no meio urbano e da criminalidade escrava adquire importância fundamental para o entendimento do próprio escravismo mineiro em suas especificidades. Essa análise só foi possível devido ao desenvolvimento da História Social no Brasil”. (p. 19). A produção historiográfica tradicional predominou entre os historiadores europeus e norte-americanos até a primeira metade do século XX, cuja ênfase era a História Política. O autor Josep Fontana aborda o tema sobre o desenvolvimento da História Social e suas origens, demonstrando que é a partir da segunda metade do século XX que os historiadores têm uma enorme dificuldade em superar o arquétipo da História Tradicional, verificando que esse modelo historiográfico era excludente, posto que tratava exclusivamente dos fatos políticos e econômicos, dando enfoque majoritário aos países considerados desenvolvidos. “O maior dos desafios enfrentados pela história na segunda metade do século XX e que continua presente no início do século XXI é o de superar o velho esquema tradicional que apresenta uma fábula de progresso universal em termos

eurocêntricos – justificando, ao mesmo tempo, o imperialismo em nome do fardo do homem branco –, que tem, como protagonistas essenciais, os grupos dominantes, políticos e econômicos das sociedades desenvolvidas considerados os atores decisivos deste tipo de progresso, deixando os grupos subalternos e a imensa maioria das mulheres à margem da história.” (FONTANA, 2004, p. 439).

A partir das décadas de 1950 e 1960 os historiadores passam a priorizar a temática denominada como: “história vinda de baixo”. Desta forma, paulatinamente, ocorreu uma diminuição nos trabalhos historiográficos tradicionais que tratavam de grandes líderes políticos e instituições políticas para que assim fosse possível adotar uma nova diretriz, que analisasse as camadas sociais mais baixas e também o cotidiano desses atores sociais, excluídos da história tradicional. No Brasil, ocorre uma intensificação nas abordagens sócio-econômicas, em detrimento das abordagens políticas a partir da década de 1980, levando a estabilização da História Social no país. Como consequência surgem novas abordagens, novas fontes documentais, novos objetos de estudo. E neste contexto de transição na historiografia nacional, os olhares que são lançados sobre a temática da escravidão trazem novos temas a tona. Os profissionais da História Social no Brasil passam a questionar o papel do escravo nos estudos históricos efetuados até a década de 1980. Estudos estes que abordam o escravo como ser “coisificado”, sem reação, inerte em uma rígida estrutura social que o oprimia e o moldava. Com uma base documental bastante ampla e fundamentada, Liana Maria Reis demonstra o contrário em sua obra, posto que através da criminalidade o escravo se expressava em atos de sublevação e resistência, demonstrando sua humanidade e sua participação ativa como ator social.

No Livro intitulado: *Negociação e conflito*, dos autores João José Reis e Eduardo Silva, realiza-se uma análise do sistema escravista, demonstrando a humanidade dos escravos, propondo-se a verificar o papel social do escravo como participante ativo de seu cotidiano nas relações com seus proprietários. Mencionam ainda que existem estudos polarizados sobre os cativos, que se equivocam ao apresentar por um lado o escravo absolutamente submisso a um sistema escravista rígido e autoritário e por outro, apresentam o escravo como um ser rebelde, aos moldes de um herói. Os autores dedicam-se a apresentar um cativo que não se situava em nenhum dos dois pólos, ou seja, que negociava para melhorar sua situação cotidiana, que barganhava com os senhores de acordo com seus próprios interesses. “Seja como for, já não é possível pensar os escravos como meros instrumentos sobre os quais operam as assim

chamadas forças transformadoras da história. Não podemos, tampouco, pensá-los como um bloco homogêneo apenas por serem escravos”. (REIS; SILVA, 1989, p.20). Evidencia-se que no cerne da discussão apresenta-se a ideia que o escravo não era manuseado pelo sistema escravista como um asno que é utilizado apenas para obter produção, do qual se subtrai toda sua força com perspectivas produtivas, sem que este questione. Os cativos reconheceram sua importância na sociedade escravista e buscavam aumentar as possibilidades de melhorar suas vidas, tão quanto conquistar seus direitos. “[...] entendo que os crimes cometidos pelos escravos e, por extensão, pelos libertos poderiam expressar, de um lado, atos de consciente resistência política ao sistema escravista e, de outro, simples reação à opressão social sofrida. De qualquer forma, ao reagir, o escravo expressava-se como indivíduo e como produto das relações sociais vivenciadas o que lhe permitia a elaboração da consciência de ser escravo.” (p. 22).

Em suma, apreende-se da obra de Liana Maria Reis, um exaustivo trabalho de pesquisa elaborada sobre um vasto conjunto de fontes documentais, onde o universo cultural do escravo é trazido a tona de uma forma instigante e esclarecedora. O Livro torna-se leitura obrigatória para quem se interessa pelos estudos do escravismo.

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. 151p.

FONTANA, Josep. **A História dos homens**. Bauru-SP: EDUSC, 2004, 508p.